



"Por um Mundo Novo, a Sério"
intervenções - comentários – reflexões - testemunhos

Evento(s): V.N.Gaia, 2025/05/03

Keyword(s): Política, PCP

Leitor(a): Jorge Sarabando

“Por um mundo novo, a sério”

Livro de Pedro Ferraz de Abreu

Sessão na Assembleia Municipal de Gaia, 5 de Março de 2025

A minha primeira palavra é de agradecimento ao autor do livro, Pedro Ferraz de Abreu, e ao colectivo que o acompanha, no qual se encontra o General Carlos Branco, obra subintitulada “Uma Ideologia Progressista no Século XXI”.

Agradecimento sincero, porque vivemos uma época inquietante, em que o comum das pessoas se interroga sobre o futuro próximo num pressentimento muito partilhado de que alguma coisa vai acontecer, porque há um rumor de fracturas a abrir, como se fora o anúncio de um tremor de terra. São de saudar, por isso, todos os testemunhos de quem não se resigna e conforma com o rumo trágico da História, e questiona, interpela, para uma reflexão e acção comuns.

Numa época de crescimento económico e de um salto qualitativo no plano tecnológico, que o texto descreve com rigor e acutilância, crescem desigualdades abissais. Em Portugal, pequeno país da periferia europeia, os 19 maiores grupos económicos apresentam lucros diários de 32 milhões de euros, prospera o capital especulativo e o fictício, e a fuga para paraísos fiscais de que nem se conhece bem o rasto, enquanto se discutem arduamente uns poucos euros de aumentos de salários e pensões, entre lamentos, sinceros ou cínicos, pelo aumento da pobreza entre quem trabalha.

Numa época em que se desenrolam conflitos militares, como na Ucrânia e na Palestina, neste último caso com a destruição planeada de cidades inteiras, onde já morreram mais de 48 mil pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, o que sabemos graças aos heróicos jornalistas que lá permanecem, conflitos a que urge pôr termo, há um discurso mediático que se vai instalando e afirmando sobre a aproximação ou a inevitabilidade de uma terceira guerra mundial.

Os dirigentes das maiores potências da NATO podem divergir sobre métodos e prioridades, entre zangas de ocasião, num aparente desconcerto, e largos sorrisos, que num ponto estão de acordo: é preciso aumentar as despesas militares, já não para os 2% de há quatro anos, mas até mesmo aos 5%. O Secretário- Geral da NATO, Mark Rutte, vai dizendo, com uma alguma

bonomia, que será necessário cortar nas despesas públicas, como na Saúde e na Segurança Social. E a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, vai adiantando, face a reacções negativas ou reticentes, que será possível acomodar tais aumentos - objectivados em 800 mil milhões de euros - no plano orçamental.

A palavra Paz, bem gritada em ruas e praças, e por vezes nos mais inesperados auditórios, tende a ser silenciada nos telejornais e no discurso corrente, como se fora uma palavra subversiva. Continuará a ecoar pelo mundo fora, pois é uma aspiração natural da humanidade, mas haverá agora verdadeiras milícias digitais encarregues de difundir a ideia simples de que nova guerra é inevitável e está à vista. Assim se fabricam as “percepções”, que depois alimentam sondagens convenientes.

Crescimento das desigualdades sociais e guerra iminente, caminho único, sem alternativa, assim parece. Bem lembrada neste livro a frase de Margareth Thatcher, a Primeira-ministra britânica, quando enfrentava os sindicatos no início do impiedoso e cruento processo de encerramento das minas, e dava início ao programa de privatizações: “There’s no alternative”.

Claro que há caminhos alternativos, mas é preciso desbravá-los, num campo adverso, entre dois tempos, o tempo da comunicação onde flui a torrente das notícias, de vida efémera e consumo instantâneo, destinadas mais do que informar a produzir um efeito, e o tempo da reflexão, que exige conhecimento, pesquisa, diálogo, seriedade.

Diálogo bem necessário e urgente porque há uma direita a crescer, a mais extremada, e uma esquerda que parece fenecer. Uma direita que desponha de um discurso de ódio e exclusão social, num tónus de violência, e uma esquerda, parte dela instalada no sistema económico dominante, onde é o mercantilismo que mais ordena.

O livro de Ferraz de Abreu é um ensaio para que se tome ou retome uma ideologia progressista a partir da Ciência e da Experiência dos Movimentos Sociais. Com a consciência que devemos ter de que a direita critica a ideologia nas lutas de esquerda, mas pratica-a de múltiplos modos, quando, por exemplo, promove e banaliza a violência no cinema ou vídeo-jogos consumidos por crianças e jovens. Pratica-a, não a proclama. Assim se instila a ideia que a violência, como a pobreza, são um estado natural das sociedades.

Sabemos que o capitalismo é implacável no combate a qualquer experiência política alternativa em qualquer País, onde os interesses económicos nele dominantes possam ser postos em causa.

Vivemos um tempo em que outras vias que conduzam a um mundo de paz, de liberdade, de justiça, de cultura, onde se reconheçam a igualdade de direitos, o valor do trabalho e a dignidade humana, “um mundo novo a sério”, parecem bloqueadas.

Mas também conhecemos o asserto de Karl Marx: *“A humanidade nunca levanta a si própria problemas que não possa resolver, porque, observando com cuidado, verificar-se-á sempre que o próprio problema só surge onde já existem as condições materiais para o resolver ou onde, pelo menos, estão em vias de surgir”*.

Um livro-ensaio. Ensaaiemos também, então, começando por uma clarificação de conceitos.

Importa distinguir sistema e regime. O regime ou é democrático ou não. O sistema ou é capitalista ou não. No compósito híbrido em que vivemos há uma permanente disjunção entre o processo de acumulação do capital e os direitos democráticos.

Para o capitalismo, importa assegurar a livre expansão das forças do mercado em todas as esferas da vida humana, e para isso impor um Estado mínimo nas funções sociais, mas fortemente coercivo no exercício da autoridade e protector benévolo dos interesses privados. No início dos anos 80 apelavam à "libertação da sociedade civil" e postulavam "menos Estado melhor Estado". Lembram-se? São os mesmos que privatizam tudo o que podem, transformam funções sociais do Estado em áreas de negócio, não hesitam em injectar milhões de euros em investimentos privados, de amigos e compadres, enquanto reduzem os salários e premeiam com aumentos e alcavalas os gestores que mais trabalhadores dispensam. Fazem do Governo e do Poder Local áreas de promiscuidade entre o que é público e é privado.

Curiosamente, dizia há uns anos a actual estrela da Casa Branca, Elon Musk, em conferência de imprensa, ao lado do Primeiro-ministro britânico Sunak, como se pode ler no livro: *"No futuro, nenhum emprego será necessário(...), a IA vai fazer tudo(...) com as pessoas a terem direito a um rendimento universal elevado"*. De momento, do alto das responsabilidades que lhe foram confiadas por Trump, está a procurar despedir milhares de funcionários públicos, enquanto sobe os ordenados aos gestores de topo.

Dizia o teórico neoliberal Friedman, numa crua síntese: *"A responsabilidade social das empresas consiste em aumentar os seus lucros"*.

O mercado é anterior ao capitalismo. Mas o que vivemos é um tempo de absolutização dos critérios mercantilistas, por vezes falseados. Um tempo de coisificação da pessoa humana, de tendencial subordinação do poder político ao poder económico, ao contrário do que se proclama e legisla.

O resultado está à vista: enquanto se discutem horas de trabalho e tostões de salários, dissipam-se milhões nas falências da Banca, que depois o povo paga; enquanto a economia real se retrai, prosperam o capital especulativo e o fictício, as criptomoedas progridem e levam milhares de pequenos aforradores à ruína, como há pouco aconteceu na Argentina, da noite para o dia, por obra e graça do Presidente Milei, o da moto-serra; enquanto a pobreza alastra, os paraísos fiscais prosperam; quando dezenas de milhares de pessoas inocentes são mortas à bomba, só no ano de 2024, os negociantes de armas sorriem. Há uma noite ética, como diria João Paulo II, o mesmo que, sendo um Papa conservador, escreveu na encíclica "Centesimus annus" sobre os mecanismos de mercado: *"...comportam o risco de uma 'idolatria' do mercado, que ignora a existência de bens que, pela sua natureza, não são nem poderiam ser simples mercadoria"*.

Como escreveu o Papa Francisco, na encíclica "Laudato si", a propósito dos grandes progressos tecnológicos, tão bem descritos neste livro, *"...a técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder"*.

Afirma o sociólogo alemão Wolfgang Streek sobre o capitalismo neoliberal ainda em ascensão: *"...não é compatível com o Estado democrático, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado"*.

Diríamos de outro modo: ao defendermos uma democracia com inseparáveis direitos políticos, que têm um valor intrínseco, direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, como a nossa Constituição consagra, não estamos a defender o capitalismo como sistema, mas a fortalecer a democracia como regime. Atente-se, como simples exemplos, no art.7º, que vincula Portugal à procura de uma solução pacífica dos conflitos internacionais, ou no art.65º, que determina que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Isto é o que diz a lei, veja-se a realidade.

Dir-se-á que a economia está hoje globalizada e que tais determinantes contam pouco. Mas por isso mesmo, o Estado-nação é ainda uma instância onde se pode exprimir uma linha de resistência.

E, falando de conceitos para clarificar: será através do aprofundamento da democracia integral que melhor se poderá alcançar o socialismo.

Aqui está uma via para nós, portugueses: lutar pelo cumprimento efectivo da Constituição. Aponta um caminho e define uma fronteira. Assim como lutar por uma democracia mais participativa, por uma democracia de proximidade.

No livro se distingue, e bem, comunicação de informação e conhecimento. Vivemos o século da comunicação, que ganhou uma relevância que nunca antes teve. Milhares de pessoas que diariamente marcham pelos desertos e cruzam os mares, onde a cada hora tantos perecem, para fugirem da guerra, da fome e de um insuportável sofrimento, podem não ter um naco de pão ou uma gota de água, mas têm um telemóvel, o bem mais precioso que possuem.

Os telemóveis fazem hoje parte do quotidiano de todos nós. A qualquer pessoa chega, na palma da mão, no torvelinho do trânsito, entre inutilidades e mensagens publicitárias, juras de amor ou secos anúncios de despedimento, jogos de azar ou de entretém e cotação de acções, um tropel de notícias que, mais do que dar uma informação, como antes dizíamos, intentam produzir um efeito, seja formar uma opinião ou mesmo decidir um sentido de voto. Sem um mínimo de reflexão, pois a uma frase ou a uma imagem se sucedem outras de imediato, na convulsão de um universo fragmentado, sem alternativa, onde tudo se mercadeja, salvo, por vezes, os afectos.

É o tempo que vivemos. Não é tanto a pessoa que escolhe a informação, mas a informação que escolhe a pessoa. No labirinto das redes sociais, entre ilusões de liberdade, vão descendo as teias da censura, do condicionamento, da manipulação.

Assim se criou a falsa notícia das armas de destruição massiva para justificar a invasão do Iraque, ou a da limpeza étnica pelos sérvios para justificar a guerra da Jugoslávia e a criação de um Estado artificial, o Kosovo. Assim se fabricam notícias e se omitem outras para perpetuar o conflito militar na Ucrânia, calando o essencial para a compreensão deste conflito militar, a expansão da NATO para Leste, rompendo com os compromissos assumidos nos anos 90 com a Rússia, na sequência da reunificação da Alemanha. Assim se fabricam “percepções” e se promovem certos candidatos, Bolsonaros e afins.

Mas a informação não é um poder em si, é um instrumento de poder, do poder económico, por vezes representado por testas de ferro, cujas identidades mal se conhecem.

Continuemos a ensaiar, pontuando agora afirmações marcantes no texto que nos é presente.

P.47. “É ideológica, e não “técnica”, a pressão para cortar nos serviços públicos indispensáveis, como a saúde e a educação”. Por isso, os milhares de milhões de euros injectados na Banca privada têm um tratamento diferente do que é dado ao investimento no sector público. Serão todos pagos pelos mesmos bolsos, os nossos. No final, na Saúde, por exemplo, “o cidadão tem de pagar não apenas o custo do serviço, mas ainda o lucro que o capital privado exige, pois o lucro é o único factor que assegura a “oferta” privada”.

Sábias palavras. Os que são lesto a privatizar, na defesa ideológica do Estado mínimo, são os primeiros a reclamar que o Estado intervenha quando se trata de assumir as perdas.

P.49. Ao analisar a conduta dominante da esquerda, refere a adopção das “ditas ideologias identitárias”, considera que no fundo subvalorizam a luta de classes.

Poderia dizer-se mais: a luta contra discriminações em função das chamadas questões de género ou das opções sexuais diz respeito a toda a esquerda, no campo da cultura e dos valores civilizacionais. Mas pretender arrolar reivindicações deste tipo às lutas sociais onde estão em causa interesses colectivos tem-se revelado um erro, pois divide em vez de unir, e a extrema-direita acaba por tirar largo proveito de se pretender fundir o que não é fundível.

P.52. De grande interesse a análise sobre a construção da narrativa da austeridade, sob a égide do capitalismo alemão, quando se atacava os “povos por viverem acima das suas possibilidades”, tratavam de privatizar os lucros e nacionalizar as perdas, enquanto se atribuíam 50 milhões de euros entre prémios e remunerações ao CEO da Portugal Telecom, e o CEO da EDP reclamou para si 1,8 milhões de prémios, só num ano.

P.64. Face a um crescente descontentamento e revolta da população com o “sistema”, afirma-se que a extrema-direita tem crescido lá onde a esquerda se apaga e esvazia ideologicamente. Embora seja um ponto de vista defensável, em aparência condizente com os resultados eleitorais, poderá ser uma visão linear.

Vivemos uma crise do capitalismo com traços semelhantes com a que abalou a Europa nos anos 30. Mas a esquerda estava então pujante, com a Frente Popular em França e em Espanha, em crescendo na Alemanha com a influência dos comunistas, na Itália do pós-guerra, e a presença da União Soviética bem perto. Para o grande capital era vital o surgimento de partidos fascistas que enfrentassem a esquerda e os sindicatos e para isso os grandes empresários criaram e financiaram tais partidos, como está comprovado. Com trabalhadores na miséria e a ruína das camadas médias, interessava garantir que os mais explorados não questionassem a acumulação de riqueza dos grandes industriais e proprietários rurais como causa do seu infortúnio. Os culpados eram os judeus agiotas, os políticos traidores e corruptos, os comunistas e os sindicalistas, os artistas dissolutos, as raças inferiores, como os povos eslavos, que não queriam trabalhar e viviam acima dos seus meios. Era preciso ordem e um governo acima das classes sociais. Hitler chegou a conhecer êxitos eleitorais. A guerra começaria em breve.

Hoje vivemos num tempo de profunda crise social. A pobreza continua a aumentar, a chamada classe média vive maiores dificuldades, o apelo consumista é um assédio permanente a famílias com despesas certas e receitas incertas, trabalho precário e baixos salários, enquanto a Banca e as maiores empresas apresentam lucros nunca antes alcançados.

A emigração de jovens aumenta, a imigração de estrangeiros também, porque há trabalho para fazer com mão de obra mais barata. Os sem abrigo são cada vez mais.

A esquerda já conheceu melhores dias nos mapas eleitorais, mas continua bem activa, os valores e conquistas de Abril ainda estão bem presentes, há na Europa um Estado social, embora debilitado. A manipulação mediática, a alienação de certa indústria do entretenimento, o culto do acaso e o obscurantismo, o apagamento da memória, a política-espectáculo bem coreografada, são factores negativos para a esquerda, mas os trabalhadores unidos e em luta pelos seus direitos são uma força poderosa.

É imperioso, assim, para a direita, garantir a protecção dos interesses do grande capital, a livre acumulação de lucros, os negócios das armas, a força dos mercados e a fraqueza dos Estados. Há, pois, que criar e financiar novos Partidos que dividam os trabalhadores e enfraqueçam a democracia. Com um discurso de fácil adesão popular anti-sistema mas sem nada do sistema pôr em causa de facto. A vida vai mal e a culpa é, dizem eles, dos políticos corruptos, dos que vivem à custa de subsídios e não querem trabalhar, dos funcionários públicos com emprego vitalício, dos imigrantes que vêm para cá viver à nossa custa e andam para aí a cometer crimes a toda a hora. O que é preciso é pôr Portugal em ordem. Sabemos o que isto significa.

O livro de Pedro Ferraz de Abreu é uma preciosidade, merece bem ser lido com atenção, com capítulos de grande interesse como os dedicados à “neutralidade” da ciência e da tecnologia, à teoria do salto qualitativo no contexto tecnológico, à teoria da apropriação desigual das mais valias, entre outras abordagens.

Deixo para o fim a expressão de uma divergência sobre o capítulo em que refere o por si designado “corporativismo de esquerda”. Desde logo uma esquerda em sentido lato pois nela coloca partidos que, no discurso dominante, são de esquerda mas aceitam o caminho da guerra para resolver os conflitos e não o primado do diálogo para alcançar a paz, aceitam, sem questionar, a opção expansionista da NATO, aceitam docilmente as imposições do Banco Central Europeu, em regra favoráveis aos interesses do grande capital financeiro. Tais posições não são de esquerda, não fazem parte da sua identidade. Mas, sabemos, no nosso tempo mais importante do que sê-lo é parecê-lo...

A questão principal é a expressão corporativismo de esquerda que, pensava eu, estava reservada à esfera patronal.

Relativamente às lutas descritas foram longas, difíceis, obtiveram ganhos parciais mas inteiramente justos. O facto de os partidos de esquerda que as apoiaram não terem afirmado uma marca ideológica não faz delas lutas reformistas. O que importa é se são coerentes com o caminho da democracia e do socialismo.

Recordo uma citação de Lénine. Escrevia em 1916, ainda antes da Revolução de Outubro: “...não podem(os) renunciar à luta pelas reformas. Entre outras coisas, devem(os) também votar nos Parlamentos a favor de qualquer melhoramento, mesmo mínimo, da situação do povo.”

Caras e caros amigos: pedalemos cada um a sua bicicleta por caminhos vários, mas não nos podemos é perder uns dos outros.

Jorge Sarabando

Nota biográfica de Jorge Sarabando

Natural de Aveiro. Investigador.

A par de uma intensa intervenção cívica, é um participante activo da vida cultural. Tem colaborado em numerosas publicações e, como consultor, tradutor e autor, na edição literária.

Produziu e publicou múltiplos trabalhos no âmbito da intervenção cultural e da cidadania, sendo os mais recentes os livros *“A batalha da memória”*, *“O 25 de Novembro a Norte – o processo revolucionário no ano de 1975”*, e *“Da resistência à construção da democracia – uma outra visão”*.

Militante do PCP desde 1966, quando era ainda estudante liceal, **foi membro do Comité Central entre 1988 e 2008.**

Integrou o Secretariado do II Congresso Republicano, realizado em Aveiro em 1969.

Foi membro, em diversos mandatos, das Assembleias Municipais do Porto e Gaia e da Assembleia Metropolitana do Porto.

Foi distinguido pelo Município de Vila Nova de Gaia com a Medalha de Mérito Cívico, grau ouro.

Escolhido pelo jornal “O Gaiense”, em 2021, na sessão comemorativa dos 1000 números, como uma das 10 figuras políticas de Gaia.

Cumpriu o Serviço Militar entre Outubro de 1970 e Julho de 1974, como Alferes Miliciano.

Tem o Curso de Defesa Nacional, do Instituto de Defesa Nacional.

É membro dos Corpos Sociais da Associação Conquistas da Revolução, da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e do Centro Adriano Correia de Oliveira.